

PANORAMA REGIONAL: EUROPA E ÁSIA CENTRAL

O ano de 2022 será lembrado na história da Europa e Ásia Central como o ano em que a Rússia lançou uma invasão militar em grande escala à Ucrânia, cometendo crimes de guerra e potenciais crimes contra a humanidade e desencadeando o maior êxodo de refugiados na Europa desde a Segunda Guerra Mundial. As táticas de cerco ilegais empregues pela Rússia, ataques às infraestruturas energéticas e edifícios civis deixaram milhares de mortos e feridos entre a população não combatente, afetada também por cruéis privações.

Quase 7 milhões de pessoas ficaram deslocadas no interior da Ucrânia, 5 milhões fugiram para a Europa e 2,8 milhões partiram para a Rússia e a Bielorrússia. O acolhimento oferecido aos que chegaram à UE foi excepcional, mas por vezes discriminatório ao excluir algumas categorias de pessoas em fuga da Ucrânia, tais como pessoas de etnia negra, não nacionais com vistos de residência temporária e alguns ciganos, que enfrentaram obstáculos particulares no acesso à proteção. A generosidade com que a maioria dos ucranianos foram acolhidos contrastou vivamente com a rejeição, frequentemente violenta, e o abuso sofridos por outros refugiados e migrantes que se apresentavam nas fronteiras externas da Europa. Esta atitude de “dois pesos e duas medidas” revelou o racismo inerente às políticas e práticas das fronteiras externas da UE. Muitos países europeus introduziram também restrições de viagem rígidas a cidadãos russos, muitos dos quais tentavam escapar à mobilização no seu país.

O impacto socioeconómico da guerra reverberou por todo o mundo. Muitos países do Sul global foram duramente afetados pela rutura resultante nas exportações de cereais e fertilizantes. Os países europeus registaram enormes picos nos preços da energia. No final do ano, muitos destes países tinham crises de custo de vida e inflação recorde, que afetaram desproporcionalmente as pessoas em situação de maior vulnerabilidade. A Moldávia viu a sua inflação subir acima de 30% e a Turquia acima de 64%. Os esforços para evitar a dependência do petróleo e gás russos causaram um abrandamento das iniciativas para combater a crise climática.

A guerra gerou a reconfiguração da cena política a nível de toda a região europeia. A Bielorrússia, de uma forma geral, alinhou a sua política externa e militar com a de Moscovo e partilhou a responsabilidade pelos atos de agressão da Rússia. Nestes dois países, a guerra foi sinónimo de mais repressão, mais sofrimento e mais isolamento internacional, simbolizado na exclusão da Rússia do Conselho da Europa e na sua suspensão do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas. O conflito de Nagorno-Karabakh despoletou novamente com o enfraquecimento do papel da Rússia como mediadora da paz.

A guerra e a política da Rússia desestabilizaram também os Balcãs Ocidentais, com o risco de uma nova escalada do conflito entre a Sérvia e o Kosovo. Uma consequência indireta foi uma viragem na política de alargamento da UE, que concedeu um estatuto de candidato “condicional” à Bósnia e Herzegovina, apesar de esta não preencher os critérios de adesão. A UE sinalizou ainda o seu apoio para que a Ucrânia e Moldávia iniciem negociações com vista à adesão, mas não à Geórgia, cujas reformas estavam em ponto morto ou regrediram.

Relativamente aos mecanismos internacionais e regionais de defesa de direitos humanos, os poderes de veto da Rússia paralisaram frequentemente a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) e também o Conselho de Segurança das Nações Unidas e relegaram estas organizações para o papel de observadores impotentes do conflito. O TPI, contudo, reagiu com prontidão, anunciando a abertura de uma investigação à situação na Ucrânia em 2 de março.

De uma maneira geral, a guerra da Rússia na Ucrânia acentuou as tendências negativas em matéria de direitos humanos verificadas nos anos anteriores, alimentando mais a insegurança e a desigualdade; isto, por sua vez, estimulou as forças autoritárias e ofereceu um pretexto para a repressão adicional às liberdades

fundamentais. Estas mesmas forças foram encorajadas a articular e, com frequência, a implementar agendas racistas, xenófobas, misóginas e homofóbicas. A brutalidade com que foram reprimidas as manifestações no Cazaquistão e Tajiquistão ilustra bem a vontade de certos Estados de continuarem a recorrer à força excessiva.

VIOLAÇÕES DO DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO

A invasão da Ucrânia pela Rússia desencadeou uma enorme crise de direitos humanos, humanitária e de deslocamento de milhões de pessoas.

Equipas de investigação documentaram milhares de potenciais crimes de guerra e potenciais crimes contra a humanidade cometidos pelas forças russas, nomeadamente execuções extrajudiciais e outros homicídios sem justificação legal, tortura e outros maus-tratos, transferências forçadas da população, utilização de armas proibidas, violência sexual e ataques deliberados a escolas e hospitais. O recurso da Rússia a táticas de cerco contra os civis, a ataques indiscriminados e à destruição deliberada das infraestruturas energéticas da Ucrânia em pleno inverno tiveram aparentemente como objetivo causar o máximo sofrimento à população civil. Prisioneiros de guerra detidos por ambos os lados do conflito foram sujeitos a maus-tratos e a possíveis execuções extrajudiciais.

Não foi conseguido qualquer progresso na investigação de violações do direito internacional humanitário durante o conflito de 2020 entre a Arménia e o Azerbaijão ou em levar os suspeitos da sua autoria à justiça. As minas plantadas pelas forças arménias em territórios cedidos ao Azerbaijão continuaram a matar e as tensões reacenderam-se no final do ano quando manifestantes azerbaijanos bloquearam a estrada que liga Nagorno-Karabakh à Arménia, interrompendo o fornecimento de bens e serviços essenciais. As regiões separatistas georgianas da Abecásia e da Ossétia do Sul/região de Tskhinvali não registaram qualquer progresso relativamente à impunidade por abusos do passado.

Todas as alegações de crimes de guerra e crimes contra a humanidade devem ser objeto de investigações imparciais e independentes, nomeadamente aplicando o princípio da jurisdição universal.

DIREITOS DOS REFUGIADOS E MIGRANTES

A região recebeu números recorde de pessoas deslocadas. As pessoas em fuga da invasão russa constituíram o caso mais volumoso de deslocamento de sempre no continente desde a Segunda Guerra Mundial. Os países que acolheram o maior número de refugiados foram a Polónia (1,53 milhões), a Alemanha (1,02 milhões) e a República Checa (468 000). A UE ativou pela primeira vez a Diretiva de Proteção Temporária, proporcionando às pessoas em fuga do conflito na Ucrânia acesso rápido a alojamento, ao mercado de trabalho e à educação. O acolhimento dispensado às pessoas que procuravam proteção da guerra na Ucrânia estabeleceu um novo ponto de referência na Europa e demonstrou que os Estados-membros da UE têm a capacidade para oferecer uma proteção digna a milhões de pessoas se existir a vontade política para tal. Por exemplo, foi promulgada uma lei sobre o estado de emergência nos Países Baixos para os municípios poderem assegurar o acesso a alojamento e outros serviços a 60 000 ucranianos. Na Suíça, refugiados da Ucrânia receberam apoio rápido, embora os projetos destinados a melhorar as condições nos centros de asilo tivessem sido adiados.

Os países da UE assinalaram também o maior número de pedidos de asilo desde 2016 de pessoas originárias de outros países do mundo em busca de segurança. Aumentou também o número de pessoas a utilizar as rotas dos Balcãs Ocidentais e do Mediterrâneo Central e Oriental para chegarem à UE. Ao longo do ano, as fronteiras da Europa permaneceram um local de exclusão racializada, perigo e abusos para muitas pessoas também em busca de proteção e oriundas de outras partes do mundo, incluindo o Afeganistão, a Síria e a África subsariana. Tanto nas fronteiras terrestres como marítimas, os Estados submeteram os refugiados e migrantes a retornos forçados sumários, frequentemente violentos, sem examinar as suas circunstâncias individuais. Muitos refugiados e migrantes sofreram as consequências de políticas racistas às mãos dos agentes que as implementavam nas fronteiras. As autoridades espanholas continuaram a negar qualquer responsabilidade pelas graves violações dos direitos humanos durante as operações conduzidas pela polícia de fronteira em Melilla, em 2021, que resultaram na morte de 37 pessoas da África subsariana, ferimentos a muitas outras e o retorno sumário de pelo menos 470 pessoas para Marrocos.

Os atores estatais que patrulham as fronteiras marítimas impediram o desembarque dos refugiados e migrantes que chegaram por mar. Os funcionários aduaneiros e a polícia detiveram arbitrariamente, muitas vezes por longos períodos, outras pessoas que conseguiram chegar ao território da UE e retornaram, sumária e muitas vezes violentamente, milhares de pessoas da Bulgária e Grécia para a Turquia; da Turquia para o Irão e a Síria; do Chipre para o Líbano; da Espanha para Marrocos; da França para Itália; da Croácia para a Bósnia e Herzegovina; da Hungria para a Sérvia; e da Letônia, Lituânia e Polónia para a Bielorrússia.

Os países da região reagiram de forma diversa à tomada do poder pelos talibãs no Afeganistão em 2021. A Dinamarca começou a reexaminar casos de requerentes de asilo afegãos rejeitados, mas a Bélgica retomou as recusas de proteção internacional para os cidadãos afegãos. Embora a Alemanha tivesse efetivamente reinstalado números significativos de afegãos em risco, um novo programa destinado a permitir o acolhimento de 1.000 pessoas por mês suscitou preocupações quanto à equidade e transparência do processo.

No leste da região, o Tadjiquistão deteve e deportou refugiados afegãos. A guerra da Rússia na Ucrânia desencadeou uma vaga migratória em grande escala de russos para a Arménia, a Geórgia, o Quirguistão e o Cazaquistão. O Cazaquistão propôs alterações legislativas que poderão forçar muitos a regressar à Rússia. A Bielorrússia continuou a forçar violentamente refugiados e migrantes a atravessar as suas fronteiras, rumo a países da UE, sujeitando-os a tortura e outros maus-tratos.

Os governos devem assegurar que o direito de todas as pessoas a pedir a proteção internacional seja respeitado, protegido e realizado, sem discriminação e sem risco de retorno forçado para um local onde a pessoa possa ser perseguida ou sofrer outras violações dos direitos humanos.

DIREITOS DAS MULHERES E RAPARIGAS

Os direitos das mulheres registaram tanto avanços como retrocessos. Na Polónia, uma decisão do Tribunal Constitucional, de 2021, continuou a limitar o acesso ao aborto. No entanto, várias ONG apoiaram 44.000 pessoas no acesso aos serviços de aborto (essencialmente no estrangeiro) com grande risco, devido à criminalização da oferta de ajuda. A Hungria adotou novas regras exigindo que as pessoas que procuravam abortar mostrassem um relatório médico atestando que tinham ouvido o "os batimentos cardíacos do feto". Na Eslováquia, forças políticas propuseram disposições legislativas para limitar o acesso ao aborto.

Por outro lado, vários países começaram a levantar restrições no acesso ao aborto. Os Países Baixos aboliram o período de espera obrigatório de cinco dias para um aborto e a Alemanha anulou uma disposição que criminalizava os médicos por "promoverem o aborto". Em Espanha, o Parlamento aprovou um projeto de lei que eliminava o requisito de consentimento parental para raparigas de 16 e 17 anos que solicitassem o aborto, assim como a obrigação de observar um período de reflexão e procurar aconselhamento. Malta começou a debater a possibilidade de interrupção da gravidez em caso de perigo para a vida e a saúde da mulher grávida.

Os níveis de violência contra as mulheres e violência doméstica continuaram elevados por toda a região. Foi este o caso no Quirguistão, onde a violência de género permaneceu sistémica e pouco denunciada e na Geórgia, onde aumentaram as preocupações com os níveis crescentes de feminicídio. Vários países iniciaram processos de reforma das leis sobre a violação, consagrando nomeadamente o princípio do consentimento. Nova legislação entrou em vigor na Bélgica, Finlândia e Espanha, enquanto nos Países Baixos essas alterações continuavam a ser discutidas.

A Ucrânia e o Reino Unido ratificaram a histórica Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica (Convenção de Istambul). Embora a UE não tivesse progredido no sentido de ratificar a Convenção de Istambul, a Comissão Europeia propôs uma nova diretiva para combater a violência contra as mulheres e a violência doméstica.

A ONU Mulheres reportou que mais de um terço dos agregados familiares chefiados por mulheres, nas áreas afetadas pela guerra na Ucrânia, tinham dificuldade em obter alimentos suficientes e os ataques russos a estabelecimentos de cuidados de saúde contribuíram para uma grande redução nos serviços de saúde materna. No Turquemenistão, a polícia começou, em abril, a proibir as mulheres de se sentarem no banco do passageiro dos veículos, ao lado do condutor, aplicando uma nova regulamentação juridicamente pouco clara e visando manifestamente com esta iniciativa impor os "valores tradicionais".

Os governos devem combater urgentemente todas as formas de violência de gênero, que afetam particularmente as mulheres e raparigas, e atuar sobre as suas causas profundas.

DIREITO À PRIVACIDADE

No seguimento de revelações anteriores sobre o spyware Pegasus, em 2022 emergiram revelações de que as autoridades espanholas tinham colocado sob vigilância jornalistas e políticos da oposição. Durante o ano, houve também casos, confirmados por fontes independentes, de jornalistas e políticos alvo deste software de espionagem na Polónia e na Grécia.

Diversos governos prosseguiram uma política perigosa visando expandir cada vez mais os poderes dos serviços de aplicação da lei e de inteligência. Na Sérvia, o governo procurou aprovar legislação para facilitar a vigilância biométrica e o tratamento de dados. Na Suíça e na Irlanda, as ONG levantaram preocupações sobre projetos de lei que, no caso da Suíça, ampliavam os poderes dos serviços de inteligência e, no caso da Irlanda, introduziam tecnologia de reconhecimento facial nas atividades de aplicação da lei. Na Geórgia, foram aprovadas reformas legislativas que alargavam as competências das autoridades responsáveis pela aplicação da lei, permitindo-lhes realizar atividades de vigilância secreta. Ativistas do Turquemenistão foram perseguidos no estrangeiro, por exemplo em Istambul, onde pessoal da embaixada do Turquemenistão atacou ativistas pacíficos que tentavam entregar uma petição de direitos humanos.

EROSÃO DA INDEPENDÊNCIA JUDICIAL E DO DIREITO A UM JULGAMENTO JUSTO

Em junho, a Comissão de Veneza do Conselho da Europa sublinhou que a rapidez e âmbito das alterações, introduzidas em 2021, pela Geórgia na Lei Orgânica sobre os Tribunais de Direito Comum acarretava o risco de criar um “efeito inibidor da liberdade de expressão dos juízes e da independência judicial interna”, com a aparente intenção de os “controlar e silenciar”. Na Bielorrússia, a legislação alargou a utilização das investigações e julgamentos na ausência do réu (in absentia) e o sistema judicial continuou a perseguir os críticos do governo. Os governos na Hungria e Polónia continuaram a visar juízes e procuradores com processos disciplinares e suspensões abusivos e a ignorar as críticas internacionais nesta área. Na Turquia, o controlo férreo do sistema judiciário pelo governo destruiu a independência judicial ao longo de alguns anos, resultando em investigações, processamento e condenações infundados de defensores dos direitos humanos, ativistas e opositores políticos.

Os governos devem acabar com o deslize atual para uma sociedade da vigilância, respeitar o direito a um julgamento justo e pôr termo à erosão da independência judicial.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

A guerra da Rússia na Ucrânia foi acompanhada de tortura e outros maus-tratos sistemáticos. Os prisioneiros de guerra foram sujeitos a maus-tratos e possíveis execuções extrajudiciais. No quadro do processo de “filtragem” aplicado pelos russos na Ucrânia, alguns civis foram torturados com choques elétricos, ameaçados de execução ou privados de alimentação e água. Crianças foram também separadas dos seus pais. Noutros pontos do leste da região, os maus-tratos eram habituais em centros de detenção. No Cazaquistão, foram denunciados casos de tortura com choques elétricos e queimaduras com ferros a vapor e, segundo dados oficiais, seis pessoas morreram em consequência de “métodos de interrogatório ilegais”. A tortura e outros maus-tratos foram largamente utilizados no Tajiquistão para intimidar e extrair “confissões”. Na Bielorrússia, as pessoas consideradas culpadas por acusações politicamente motivadas foram detidas em regime de isolamento, em condições desumanas. O Cazaquistão aboliu totalmente a pena de morte na sua legislação, enquanto na Bielorrússia foi executada pelo menos uma pessoa.

Os guardas e polícias aduaneiros colocados nas fronteiras externas da UE continuaram a sujeitar os refugiados e migrantes a maus-tratos frequentemente equivalentes a tortura. Na Itália, continuaram os processos judiciais relacionados com a tortura nas prisões.

Os governos devem agir urgentemente para acabar com a tortura e outros maus-tratos e submeter os seus autores à justiça.

SOBREPODERES DO ESTADO E LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Os governos aproveitaram-se de várias “crises” para se arrogarem novos poderes. As autoridades na Hungria serviram-se do pretexto da guerra na Ucrânia para se atribuírem novas competências que lhes permitiam declarar o estado de emergência. A Letónia, a Lituânia e a Polónia mantiveram os seus estados de emergência na fronteira com a Bielorrússia, restringindo injustificadamente o acesso aos jornalistas, ONG e atores humanitários.

A Turquia continuou a deter e perseguir dezenas de jornalistas, ativistas e políticos da oposição com base em falsas acusações relacionadas com o terrorismo. O Parlamento promulgou uma nova lei sobre a desinformação, musculando o domínio do governo sobre as redes sociais.

Nos Balcãs Ocidentais, as autoridades pressionaram, perseguiram e ameaçaram jornalistas, especialmente os que expunham o crime organizado, a corrupção e os crimes de guerra. Observadores registaram ataques físicos a jornalistas no Kosovo, Montenegro e Sérvia. As Ações Estratégicas contra a Participação Pública (SLAPP, na sigla inglesa), litígios judiciais abusivos contra jornalistas e ativistas ambientais, foram uma ocorrência cada vez mais comum. O recurso a SLAPP foi preocupante na Áustria, Bósnia e Herzegovina, Bulgária e Grécia, mas tornou-se assustadoramente banal e frequente na Croácia, Sérvia e Eslovénia. A Comissão Europeia propôs uma diretiva para combater este fenómeno, que estava em fase de negociação.

No leste da região, a liberdade de expressão permaneceu sob sério ataque. Restrições governamentais deixaram os russos com poucas fontes de informação independentes. Em março, legislação nova punindo o “descrédito” e a difusão de “informação deliberadamente falsa” sobre as forças armadas russas proibiu efetivamente qualquer alusão crítica à guerra na Ucrânia. Seguiram-se milhares de processos administrativos e penais. As pessoas que criticaram a guerra foram presas, sujeitas a multas pesadas ou condenadas a detenção ou prisão. Muitos críticos proeminentes da guerra foram declarados “agentes estrangeiros”. Dezenas de órgãos de comunicação independentes foram encerrados, milhares de websites bloqueados e a Meta foi classificada como uma “organização extremista”. A Bielorrússia também processou centenas de pessoas que expressaram apoio à Ucrânia ou criticaram o governo, prendeu mais 40 jornalistas independentes e proferiu novas acusações contra os que já estavam na prisão. Centenas de pessoas foram processadas por associação com conteúdos “extremistas”.

As autoridades do Tadjiquistão atacaram agressivamente os média independentes e os defensores dos direitos humanos em resposta a novos protestos na Região Autónoma de Gorno-Badakshan (GBAO), onde bloquearam completamente a internet local nos primeiros meses do ano. O Turquemenistão bloqueou alegadamente 1,2 mil milhões de endereços IP para impedir o acesso à informação com origem no estrangeiro e o Azerbaijão adotou uma nova lei dos média para criar um registo oficial único de jornalistas e impor instruções aos média para que distribuíssem apenas informação “objetiva”.

LIBERDADE DE REUNIÃO

Na parte ocidental da região, vários países impuseram medidas arbitrárias ou excessivas para proibir as manifestações pacíficas. Na República Srpska (Bósnia e Herzegovina), as autoridades proibiram as manifestações destinadas a assinalar o 30º aniversário das perseguições cometidas durante a guerra. A Turquia impôs repetidamente proibições às marchas do Orgulho LGBTI e a manifestações em memória das vítimas de desaparecimentos forçados. Mais frequentemente, as autoridades recorreram a outras medidas, tais como detenção preventiva (Suécia), uso excessivo da força contra manifestantes (Sérvia), multas pesadas (Eslovénia), prisão arbitrária (Grécia) e despedimento injusto de participantes em manifestações (Hungria).

Muitos governos persistiram nos seus esforços para impedir ou punir atos de desobediência civil, especialmente por manifestantes ambientais. Os governos utilizaram diversas medidas repressivas, nomeadamente dispersando ilegalmente manifestantes na Finlândia e acusando manifestantes de crimes graves, tais como a sabotagem, na Suécia. O Reino Unido aprovou legislação atribuindo à polícia novos poderes para implementar restrições motivadas por ruído e incómodo. Em sentido contrário e estabelecendo um precedente, o Tribunal

Administrativo Federal da Alemanha determinou que os acampamentos de protesto são protegidos por garantias constitucionais de liberdade de reunião.

Para leste, os manifestantes pacíficos foram confrontados por força excessiva das autoridades em vários países, causando morte, ferimentos e tortura. Em janeiro houve uma explosão súbita de protestos em massa no Cazaquistão, apelando a reformas. Em resposta, as forças de segurança procederam a mais de 10 000 prisões e dispararam balas reais e de borracha. Os manifestantes foram rotulados de “terroristas”, maltratados e detidos em condições desumanas. Estes eventos levaram à morte de pelo menos 219 manifestantes e 19 agentes responsáveis pela aplicação da lei. No final do ano, a maioria dos incidentes não tinham sido investigados.

O Tajiquistão assistiu a uma repressão brutal das manifestações na Região Autónoma de Gorno-Badakshan. Numa “operação antiterrorista” foram mortas dezenas de manifestantes pamiris, tendo também sido arbitrariamente presas mais de 200 pessoas, incluindo ativistas, poetas e jornalistas.

Em Karakalpakstan, no Uzbequistão, estalaram protestos em julho, em reação a propostas de alterações constitucionais em torno do estatuto do território. Foram destacadas forças de segurança, levando a pelo menos 21 mortos e 250 feridos, centenas de pessoas detidas arbitrariamente e muitas outras sujeitas a tortura e outros maus-tratos.

Na Bielorrússia, a polícia dispersou brutalmente manifestações pacíficas contra a agressão russa à Ucrânia e muitos manifestantes foram condenados a detenção ou multas após julgamentos à porta fechada. As autoridades em Bishkek, no Quirguistão, restringiram os locais onde podem ser realizadas reuniões públicas. Na Rússia, as autoridades perseguiram implacavelmente não só os participantes nos protestos, como também os que os monitorizavam.

LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO

Na parte ocidental da região, a Turquia e a França destacaram-se entre os países que limitaram a liberdade de associação, tentando dissolver associações. A Turquia aplicou medidas antiterrorismo de uma forma excessivamente lata, atuando contra uma plataforma de combate ao feminicídio, um grupo comunitário e um dos principais partidos da oposição, o Partido Democrático dos Povos (HDP). A França abusou das disposições de uma lei nova sobre “valores republicanos”, atuando contra um grupo antifascista, dois grupos pró-palestinos e um coletivo de direitos ambientais.

O governo do Uzbequistão cimentou o seu controlo da sociedade civil promulgando um decreto que exigia que as ONG se aliassem a “parceiros nacionais” – escolhidos pelo governo – para poderem desbloquear qualquer financiamento vindo do estrangeiro. O Quirguistão impôs às ONG novos requisitos de declaração dos fundos recebidos do estrangeiro e a Bielorrússia citou acusações de “extremismo” e “terrorismo” para dissolver mais de duzentas organizações.

O espaço para todos exercerem os direitos de liberdade de expressão, associação e reunião pacífica deve ser protegido dos sobrepoderes do Estado, impostos sob vários pretextos.

DEFENSORES DOS DIREITOS HUMANOS

A Turquia continuou o seu ataque aos defensores dos direitos humanos. No final do ano, Öztürk Türkdöğän enfrentava três processos distintos e baseados em elementos espúrios por “ser membro de uma organização terrorista”, “insultar um funcionário público” e “denegrir a nação turca”. Da mesma forma, a advogada de direitos humanos Eren Keskin e Şebnem Korur Fincancı, uma destacada especialista forense, enfrentaram ambas acusações infundadas relacionadas com o terrorismo. As autoridades turcas recusaram-se a implementar uma decisão vinculativa do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, no caso do defensor dos direitos humanos Osman Kavala, apesar da instauração de um processo por infração. O Tribunal de Cassação anulou as acusações contra o ex-presidente da Amnistia Turquia, Taner Kiliç.

A Grécia, a Itália e a Turquia processaram defensores dos direitos humanos a trabalhar na defesa dos direitos dos migrantes e refugiados. Os defensores e as defensoras dos direitos das mulheres foram alvo de ações jurídicas em vários países. Em Andorra, Vanessa Mendoza Cortés foi condenada a pagar uma multa pesada por

difamação após criticar o impacto pernicioso da proibição do aborto no país. Na Polónia, Justyna Wydrzynska foi a tribunal por apoiar uma mulher grávida nos seus esforços para aceder a serviços de aborto.

No leste da região, os defensores dos direitos humanos foram sujeitos a detenção arbitrária, violência e intimidação. Na Bielorrússia, a organização de direitos humanos Viasna foi um alvo específico, sendo o prémio Nobel Ales Bialiatski e colegas presos e enfrentando acusações falsas; Marfa Rabkova e Andrey Chapyuk foram condenados a 15 e seis anos de prisão, respetivamente, num julgamento à porta fechada. Nasta Loika foi falsamente acusada de "hooliganismo menor" e privada de medicação, roupas quentes e água para beber durante a sua detenção administrativa, sendo-lhe depois impostas falsas acusações penais. Na Rússia, os defensores dos direitos humanos estiveram sob pressão incessante, segundo a legislação sobre os "agentes estrangeiros" e "organizações indesejáveis", o que forçou muitos deles a abandonar o país. Em abril, o ministério da Justiça retirou o registo de mais de doze fundações e ONG estrangeiras, incluindo a Amnistia Internacional, forçando o encerramento dos seus escritórios na Rússia. Na Crimeia ocupada, os ativistas e defensores dos direitos dos tártaros nesse território continuaram a enfrentar graves represálias.

Os governos devem proteger os defensores dos direitos humanos e reconhecer o papel crucial que desempenham, em vez de estigmatizar e criminalizar as suas atividades.

DISCRIMINAÇÃO

Diversos países assinalaram um número recorde de denúncias de antissemitismo. Tanto na Alemanha como no Reino Unido, os observadores registaram um sério aumento nos crimes de ódio antissemita. Na Eslováquia, descobriu-se que o suspeito do assassinato de duas pessoas LGBTI tinha escrito propaganda virulentamente antissemita. O Parlamento letão aprovou legislação de restituição que concede compensação à comunidade judia por bens confiscados durante as ocupações nazi e soviética.

Vários países continuaram a reforçar as medidas adotadas, ou a aprovar novas medidas, contra as mulheres muçulmanas. Andorra aprovou uma lei proibindo o uso de símbolos religiosos ostensivos, o que impede as mulheres muçulmanas de usarem o véu. Na França, as autoridades locais proibiram uma manifestação de jogadoras de futebol contra uma tentativa de inscrição na lei de uma disposição discriminatória que impedia as mulheres muçulmanas que usem véu de participar em desportos de competição. O supremo tribunal administrativo de Grenoble manteve a proibição do uso do "burkini" nas piscinas públicas da cidade. Na Suíça, após um referendo organizado em 2021, o Parlamento examinou um projeto de lei para proibir peças de roupa que escondam o rosto. O debate destas medidas estava abundantemente marcado pela expressão de estereótipos negativos e mergulhado em retórica antimuçulmana.

Os observadores, tanto na Bélgica como na Suíça, encontraram provas claras de racismo estrutural contra pessoas de origem africana. No Reino Unido, as práticas policiais de mandar parar e revistar continuaram a afetar desproporcionalmente as pessoas negras. Uma investigação apurou que, ao longo de um período de dois anos, das 650 crianças que tinham sido despidas e revistadas, 58% eram negras. Na Dinamarca, uma empresa imobiliária expulsou muitas pessoas para evitar a categorização como "gueto", nos termos de legislação que proíbe a concentração de pessoas de origem "não ocidental". Na Alemanha, o Observatório Nacional da Discriminação e Racismo (NaDiRa) apurou que o racismo fazia parte da vida quotidiana do país.

Os ciganos foram objeto de discurso depreciativo e discriminação sistemática em diversos domínios e nomeadamente em matéria de habitação, educação e tratamento pela polícia. Continuaram a ser vítimas de segregação na educação, por exemplo na Albânia, Croácia, Kosovo, Macedónia do Norte e Eslováquia. Os esforços de autonomização dos ciganos continuaram a embater nas práticas racistas da polícia, na situação de apátrida de alguns deles e na ausência de documentos pessoais de identidade. A repressão impiedosa e contínua aos direitos humanos na Bielorrússia não poupou também as minorias nacionais, nomeadamente os polacos e lituanos, assim como os defensores da língua e cultura bielorrussas. O governo proibiu ainda o ensino do polaco em duas escolas situadas no oeste do país, onde vive uma comunidade polaca importante, e fechou uma escola lituana na região de Hrodna, assim como duas livrarias bielorrussas.

DIREITOS DAS PESSOAS LGBTI

A discriminação e a violência contra as pessoas LGBTI em certos países contrastou com os avanços judiciais e jurídicos conseguidos noutros. Entre os incidentes mais graves, destacaremos um tiroteio que ocorreu na Eslováquia, em frente de um bar gay, em que duas pessoas foram mortas e outra ferida. Dirigentes LGBTI foram agredidos ou ameaçados na Macedónia do Norte, no Montenegro e na Polónia.

Os tribunais de alguns países tomaram, contudo, decisões a favor dos direitos das pessoas LGBTI. Na Croácia, os tribunais confirmaram que os casais do mesmo sexo deveriam poder adotar crianças nas mesmas condições que os outros. O Tribunal Constitucional da Eslovénia declarou inconstitucional a proibição do casamento gay e da adoção por casais do mesmo sexo. No seguimento de uma decisão do Supremo Tribunal letão, os tribunais administrativos do país começaram a reconhecer os casais do mesmo sexo. Na Suíça, entrou em vigor uma nova regulamentação legalizando o casamento civil e a adoção para os casais do mesmo sexo. O Parlamento espanhol adotou um projeto de lei histórico que reconhece o direito das pessoas transexuais de determinar o seu próprio género. Os governos da Finlândia e da Alemanha propuseram projetos de lei progressistas em matéria de reconhecimento legal do género.

Na Hungria, pelo contrário, o governo organizou um referendo inspirado numa lei anti-LGBTI adotada em 2021. Na Polónia, diversos municípios continuaram a proclamar-se “zonas livres de LGBT” e ativistas foram sujeitos a processos SLAPP (Ações Estratégicas contra a Participação Pública), e a detenção arbitrária.

Mais a leste, registaram-se alguns progressos este ano. Na Ucrânia, o presidente Volodymyr Zelensky prometeu um projeto de lei sobre a união civil. A Moldávia assistiu à maior marcha do Orgulho LGBTI da sua história, apesar da oposição do presidente da câmara da capital, Chisinau, que tinha ameaçado proibi-la. Noutros países, contudo, os direitos das pessoas LGBTI continuaram a ser fortemente reprimidos. A Rússia alargou a interdição de “propaganda a favor de relações sexuais não tradicionais, da pedofilia e da reatribuição de sexo”, que passou a ser ilegal não só junto dos menores como de todos os grupos etários. O Turquemenistão e o Uzbequistão continuaram a criminalizar as relações sexuais consensuais entre homens e, no Uzbequistão, foi apresentado um projeto de lei discriminatório autorizando a polícia a proceder a testes de despistagem obrigatórios a homens que tenham relações sexuais com outros homens.

Os governos devem redobrar os seus esforços para prevenir toda a discriminação, nomeadamente contra as pessoas judias, muçulmanas, negras, ciganas e LGBTI.

DIREITOS ECONÓMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS

Os países que mantêm relações económicas estreitas com a Rússia sofreram uma dura onda de choque da guerra na Ucrânia. Na própria Rússia, os níveis gerais de pobreza aumentaram. Na Ucrânia, quase 500 000 crianças mergulharam na pobreza, que foi multiplicada por dez, segundo o Banco Mundial.

Por finais do ano, a maioria dos países da região viam-se confrontados com uma crise de custo de vida e inflação recorde. Dezassete Estados-membros da UE registavam uma taxa de inflação superior a 10%. Como habitualmente, em toda a região, os mais pobres e os mais vulneráveis (pessoas com deficiência, reformados, crianças, etc.) foram desproporcionalmente afetados e sofreram as consequências de uma proteção social inadequada.

Os governos devem agir de imediato, respondendo às persistentes dificuldades socioeconómicas e alocando os recursos necessários, nomeadamente através de uma proteção social completa, para que todos possam gozar os seus direitos económicos, sociais e culturais.

FALHA NA RESPOSTA À CRISE CLIMÁTICA

Muitas foram as pessoas que tomaram verdadeiramente consciência da crise climática durante as vagas de calor sem precedentes que atingiram a região no verão, tendo o termómetro ultrapassado os 40°C em alguns locais. Foi registado um excesso de cerca de 25 000 mortes devido ao calor. As temperaturas fizeram igualmente secar cursos de água, provocaram o colapso de um glaciar na Itália e uma seca grave na maior parte do território português, assim como incêndios que destruíram áreas vastas em Espanha. A urgência da ação climática foi travada pelos efeitos da guerra da Rússia na Ucrânia. Na Ucrânia, as operações militares geraram poluição do ar, água e solos com substâncias tóxicas e a maneira como a Rússia conduziu as hostilidades elevou os riscos de

acidente nuclear em redor da central nuclear de Zaporijia. A necessidade de reduzir a dependência do petróleo e gás russos levou a uma corrida para assegurar fontes alternativas de combustíveis fósseis, a decisões de prolongar a vida de centrais nucleares e a carvão, e a reduções temporárias nos impostos sobre os combustíveis. O Turquemenistão continuou a ser um dos piores emissores de gás metano do planeta. Neste país, as mulheres das zonas rurais foram afetadas de forma desproporcional pelas alterações climáticas.

Após alguma ambiguidade em vésperas da Conferência das Nações Unidas sobre as alterações climáticas (COP27), a UE acabou por apoiar o estabelecimento de um fundo de compensação de perdas e prejuízos, fazendo nascer algumas esperanças de que venha a instaurar-se a solidariedade climática. Contudo, os países europeus não conseguiram alinhar as suas metas de redução de emissões para 2030 de forma a alcançar a meta global de limitar o aumento da temperatura a 1,5°C.

Os governos devem aumentar as suas metas de redução de emissões em proporções que reflitam a sua responsabilidade pela crise climática. Devem implementar políticas apropriadas e que respeitem os direitos humanos, nomeadamente renunciando progressivamente à utilização e produção dos combustíveis fósseis no quadro de uma transição justa. Devem ainda aumentar urgentemente o financiamento climático destinado aos países com rendimentos mais baixos e comprometer-se a fornecer fundos adicionais destinados especificamente a compensar as perdas e danos.